

CONGRESSO VAI EMENDAR

O governo se prepara para a votação do pacote fiscal, diz que não aceita mudanças, mas enfrenta resistências até entre aliados

Denise Rothenburg e
João Pitella Jr.
Da equipe do **Correio**

O recuo do governo na redação da Medida Provisória que instituiu um aumento de 10% no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) foi insuficiente para conter a rebelião da base governista em relação ao pacote fiscal. Os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB—SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL—BA) foram taxativos: é preciso mudar mais. “Vamos emendar”, disse Antônio Carlos, logo depois de uma conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nas duas principais conversas que Fernando Henrique teve ontem — uma com Antônio Carlos e outra com Temer — o governo também se mostrou inflexível. Ao presidente da Câmara, por exemplo, Fernando Henrique disse que as mudanças na Medida Provisória foram feitas em resposta às ponderações dos parlamentares. “Agora cabe ao Congresso analisar as medidas. Nós fizemos o que podíamos”, disse o presidente a Temer.

Mais tarde, o porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral, confirmou que agora cabe ao Congresso discutir as medidas. “O debate é do Congresso, a decisão de apoiar ou não é dos líderes, e o presidente vê com confiança o exame que o Congresso fará do conjunto das medidas econômicas propostas”, disse Amaral.

ALTERNATIVAS

Nas duas Casas, a ordem é buscar alternativas ao aumento do IRPF, um ponto que o governo considerava inegociável. Por enquanto, há três propostas a serem discutidas: o aumento de 0,5% na alíquota da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF), a criação de uma alíquota de 35% para as faixas salariais mais elevadas e, ainda, aumentos diferenciados de imposto, de forma a deixar para os salários mais altos a maior fatia do R\$ 1 bilhão que o governo espera arrecadar com o novo imposto.

“Foi um sinal positivo o governo excluir do limite de dedução os gastos com saúde, pensões e dependentes. Mas eu continuo com a proposta de não querer aumento de tributos para a pessoa física, especialmente, as classes de menor poder aquisitivo”, disse Antônio Carlos. Enquanto os presidentes das

duas Casas tentam buscar alternativas ao aumento de imposto, o líder do governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL—BA), tenta conter outros focos de rebelião. Além de concentrar todo o esforço em manter a base unida para aprovar a reforma administrativa, ele tentava ontem abortar uma rebelião nas bancadas do Norte e Nordeste por causa do corte de 50% nos incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor). Isso sem contar as conversas que manteve no sentido de evitar que as bancadas dos donos de escolas, de hospitais e de parlamentares ligados aos clubes de futebol liderem campanhas para

manter algum tipo de isenção a essas entidades.

No caso do Finam e do Finor, os mais insatisfeitos eram o tucano Arthur Virgílio (AM) e o deputado Pinheiro Landim (PMDB—PI). Virgílio considerou os cortes inconstitucionais e se mostrava frustrado. Ele havia telefonado ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e se colocado à disposição para discutir alternativas aos cortes nos incentivos. Parente concordou, mas, no dia seguinte, estava editada a Medida com um corte de 50% nos incentivos.

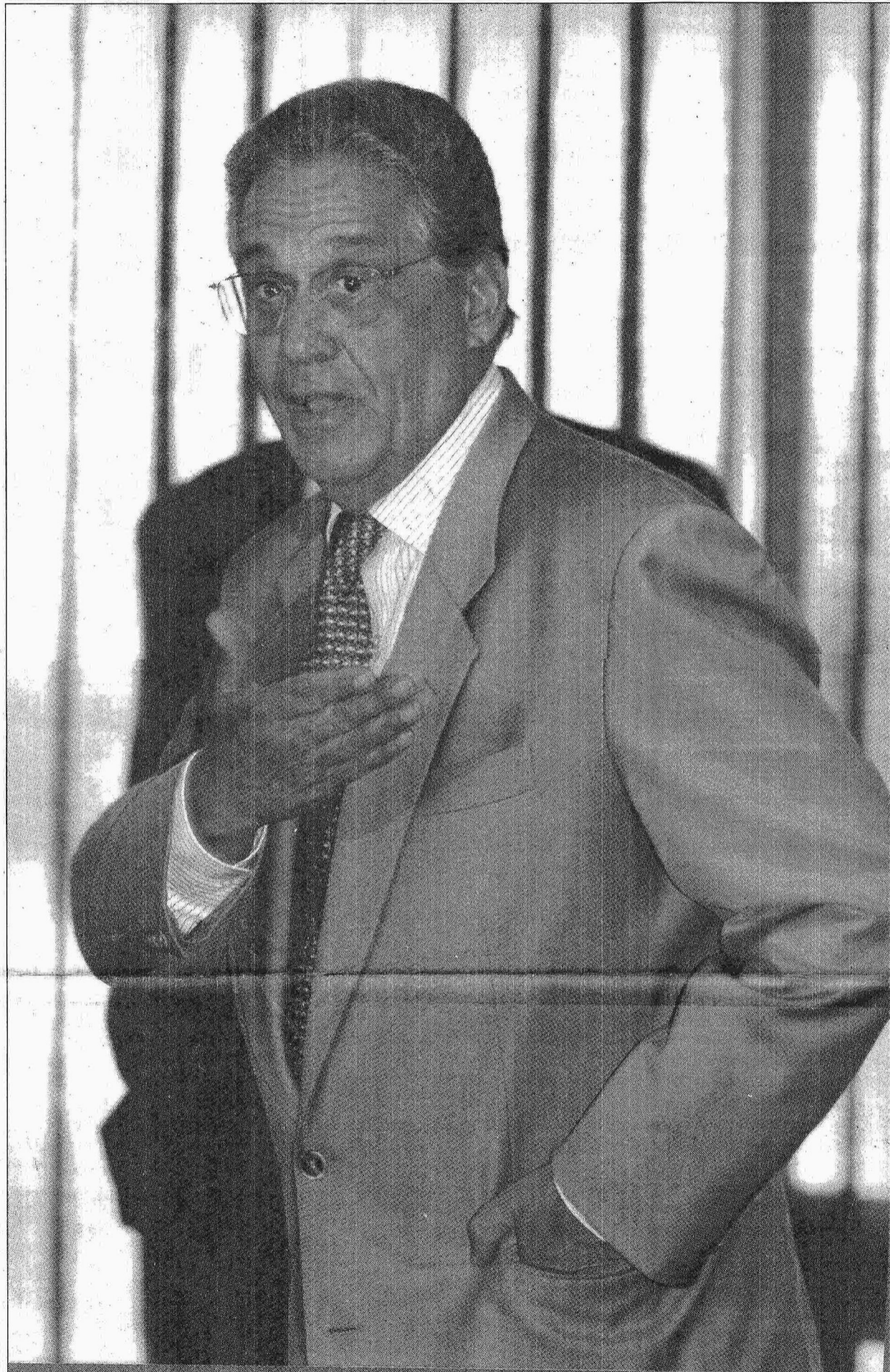
“Eu me coloquei à disposição para conversar. Queria ajudar politicamente. Eles não tiveram a educação de me comunicar que a medida sairia no dia seguinte. Justo eu, que sou um aliado incondicional do presidente e do governo. Eles se julgam os tais”, desabafou Virgílio, referindo-se à equipe econômica.

Enquanto Virgílio lamentava, Landim articulava uma reunião da bancada nordestina justamente para quarta-feira à noite, quando o governo espera reunir todo o seu pessoal no plenário para aprovar a reforma administrativa. Luís Eduardo deu a Geddel Vieira Lima a missão de manter os nordestinos no plenário.

FIDELIDADE

Dos partidos que compõem a base do Governo, apenas o PSDB, embora reclamando de maus tratos, é fiel ao pacote fiscal do presidente Fernando Henrique e aproveitava o recuo para tentar buscar apoio nos demais partidos. O deputado José Aníbal (PSDB—SP) chegou a fazer um discurso no plenário, defendendo as medidas. “Controlamos o pior dos im-

Glauco Dettmar



Fernando Henrique: o governo fez o que pôde, reduzindo o impacto do aumento do IR. Agora é com o Congresso

postos que é a inflação. O governo já cedeu. A oposição só tem discurso e não tem propostas. No caso do pacote, é preciso ver o macro. Este Governo fez o que ninguém fez: controlou a inflação”, disse ele.

José Aníbal, no entanto, estava praticamente sozinho. No PFL, a ordem é alterar. No PMDB, o líder Geddel Vieira Lima considerou que, mesmo com o recuo, o pacote continuava de “difícil digestão”. No

PPB, o ex-presidente, senador Esperidião Amin (SC), era taxativo: “Aumento de imposto é a última coisa. Vamos estudar alternativas”, disse ele.

Hoje, às 10hs, os presidentes da Câmara e do Senado têm uma reunião marcada com as lideranças governistas para discutir a tramitação do pacote. A primeira medida a chegar à Casa foi a que aumenta o imposto de renda. Antônio Carlos não gostou e deixou transpare-

cer a assessores que considerou descortesia do governo para com os congressistas mandar primeiro a medida do Imposto de Renda ao Congresso para depois enviar as demais. Depois de tanta descortesia, comentavam os políticos na ante-sala de Antônio Carlos, os parlamentares esperam que, pelo menos, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, mantenha o compromisso de comparecer na Câmara amanhã para explicar as medidas.